



**Município de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 046, de 14 de julho de 2025**

À Exma. Senhora

Vereadora KAYANNE NASCIMENTO BRAGA

PRESIDENTE da Câmara Municipal de Vereadores

NESTA CIDADE

Colenda Câmara Municipal de Vereadores,  
Senhora Presidente,

É com imensa satisfação que remetemos o presente Projeto de Lei a esta Egrégia Câmara Municipal de Vereadores, o qual objetiva acrescentar o art. 204-A à Lei Municipal nº 2.397, de 30 de dezembro de 2002 - Código Tributário Municipal de Campo Bom.

A inclusão do artigo 204-A autorizará a concessão de gratificação de presença, a título de JETON, aos membros do Conselho Municipal de Tributos, pela efetiva participação nas sessões convocadas.

As despesas decorrentes, cujo impacto orçamentário financeiro consta do respectivo Anexo I, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Dessa forma, diante das informações anteriormente expostas, as quais justificam o Projeto de Lei apresentado a essa Casa Legislativa, ficamos no aguardo da apreciação e aprovação pelos Ilustres Vereadores.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, 14 de julho de 2025.**

GIOVANI BATISTA FELTES,  
Prefeito municipal.



**Município de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**PROJETO DE LEI Nº 046, de 14 de julho de 2025.**

**ALTERA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL – LEI MUNICIPAL Nº 2.397, DE 30/12/2002, E DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO DE PRESENÇA (JETON) AOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRIBUTOS.**

**Art. 1º.** O Código Tributário Municipal de Campo Bom - Lei Municipal nº 2.397, de 30/12/2002 - passa a vigorar acrescido do art. 204-A, de seguinte redação:

*"Art. 204-A. Fica autorizada a concessão de gratificação de presença, a título de JETON, aos membros do Conselho Municipal de Tributos pela efetiva participação nas sessões convocadas.*

*§1º. O valor da gratificação de presença (JETON) será fixado em Decreto, observados os seguintes limites:*

*I – R\$ 500,00 (quinhentos reais) por sessão para o Presidente e o Secretário do Conselho;*

*II – R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por sessão para os demais Conselheiros.*

*§ 2º. Quando em exercício, o suplente de membro efetivo fará jus à percepção da gratificação de presença pelas sessões a que comparecer, desde que em substituição ao respectivo titular.*

*§ 3º A concessão da verba de presença fica limitada a uma sessão ordinária, a ser realizada bimestralmente, desde que atendido o quantitativo mínimo de pauta de 2 (dois) processos/recursos, salvo convocações extraordinárias devidamente justificadas e autorizadas nos termos do regimento interno do Conselho.*

*§ 4º Os valores previstos no §1º desta Lei serão reajustados anualmente pelo mesmo índice de revisão geral aplicável ao funcionalismo público municipal.*

*§ 5º A percepção da gratificação de presença (JETON) não caracteriza vínculo empregatício, tampouco gera direito a quaisquer outras vantagens funcionais.*

*§ 6º O disposto neste artigo será regulamentado por Decreto do Poder Executivo, que estabelecerá os critérios de controle, frequência, composição e funcionamento do Conselho.*



**Município de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**Art. 2º.** Fica revogado o § 1º do art. 204 da Lei Municipal nº 2.397/2002.

**Art. 3º.** As despesas decorrentes desta Lei, cujo impacto orçamentário-financeiro consta do respectivo Anexo I, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

**Art. 4º.** Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM**, 14 de julho de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES,  
Prefeito Municipal.



**Município de Campo Bom**  
**Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**PROJETO DE LEI Nº 046, de 14 de julho de 2025.**

**ANEXO I.**

**A - Impacto Orçamentário-Financeiro.**

A Lei prevê a concessão de Gratificação de presença (Jeton) aos membros do Conselho Municipal de Tributos pela efetiva participação nas sessões convocadas, sendo que a gratificação por sessão para o presidente e o Secretário do Conselho será de R\$ 500,00 reais e dos demais conselheiros será de R\$ 400,00 reais.

Atualmente, conforme decreto, o Conselho Municipal de Tributos-CMT é composto por sete representantes, incluindo o presidente e o secretário.

Com base nestes dados podemos estabelecer o acréscimo na despesa proporcionada pela concessão da gratificação de presença aos membros do Conselho.

Quadro demonstrativo dos valores que serão concedidos:

<b>Cargos</b>	<b>Nº Conselheiros que receberão gratificação</b>	<b>Valor do Jeton-Gratificação pela Presença</b>	<b>Verba limitada a uma sessão remunerada por mês por conselheiro</b>	<b>Total Anual considerando 12 meses</b>
Conselheiro ocupando o cargo de Presidente	<b>1</b>	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00
Conselheiro ocupando o cargo de secretário	<b>1</b>	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00
Demais Conselheiros	<b>5</b>	R\$ 400,00	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>		<b>R\$ 3.000,00</b>	<b>R\$ 36.000,00</b>

Cabe a este Órgão o exame da Lei quanto à sua compatibilização e adequação com as Leis Orçamentárias relativas ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária anual; bem assim, a análise da proposição à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, na medida em que os gastos que advirão da implementação da Lei em pauta, enquadrar-se-ão na condição de despesa obrigatória de caráter continuado, sujeita, portanto, à observância do disposto no art. 17 §§ 1º e 2º do referido Diploma.

Pelo que dispõe o mencionado § 1º, do art. 17, da Lei Complementar nº 101/2000, o ato que criar ou aumentar despesa de caráter continuado deverá ser instruído com estimativa do impacto orçamentário-financeiro no Exercício em que entrar em vigor, e nos dois subsequentes, e demonstrar a origem dos recursos para o seu custeio.

Por sua vez, o mencionado § 2º, do mesmo referido dispositivo legal, determina que tal ato deve ser acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

De outra banda, tratando-se de proposição de aumento de despesa com pessoal, deve ser considerada também a determinação constitucional prevista no art. 169 da Carta Magna, especialmente no que refere as restrições e exceções contidas no respectivo § 1º, com a redação



**Município de Campo Bom**  
**Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 (prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Considerando o destacado na tabela acima, verificamos que mesmo que todos os membros do conselho recebam a gratificação, pela presença nas reuniões do Conselho Municipal de Tributos, no exercício de 2025, tal fato implicará em um aumento máximo na despesa no valor de R\$ 18.000,00, visto que a despesa somente poderá ocorrer a partir do mês de julho do presente exercício.

A vista de tais dados podemos afirmar igualmente que o aumento máximo da Despesa em razão do proposto no Projeto de Lei em apreciação, no próximo exercício (2026), não ultrapassará a importância de R\$ 39.600,00, ainda que ocorrido reajuste de vencimentos na ordem de 10%. E, também estabelecer, que no Exercício de 2027, tal despesa não ultrapassará R\$ 43.560,00, ainda que igualmente reajustados os vencimentos dos servidores em 10%.

Sabemos que cabe a este órgão o exame da Lei quanto à sua compatibilização e adequação com as leis orçamentárias relativas ao plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias e à lei orçamentária anual; bem assim, a análise da proposição à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, na medida em que os gastos que advirão da implementação da Lei, enquadrar-se-ão na condição de despesa obrigatória de caráter continuado, sujeita, portanto, à observância do disposto no artigo 17, §§ 1º e 2º, da referida LRF.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2025 contempla o demonstrativo da margem de expansão das despesas de caráter continuado, e nos dá conta de que há margem líquida de expansão suficiente para absorver o Impacto Orçamentário-Financeiro decorrente do provimento dos cargos cuja criação é ora proposta. Há também, na Lei Orçamentária para 2025 dotação suficiente para atender a projeção desta despesa de pessoal e dos encargos dela decorrentes.

Assim sendo, podemos afirmar que o Projeto de Lei se mostra compatível e adequado com o art. 169 da Constituição Federal, com a Lei Complementar nº 101/2000, e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e de Orçamento para os Exercícios de 2025, e, notadamente, não prejudicará as metas de resultados fiscais previstos.

Consequentemente, entendemos que se trata de Projeto de Lei, orçamentária e financeiramente adequado, não oportunizando o extrapolamento do limite geral de despesas com pessoal, e que inequivocamente resultará em benefícios para a comunidade, compensando a despesa projetada, pois, viabilizará a manutenção do Conselho Municipal de Tributos, proporcionando que os participantes recebam uma gratificação pela sua contribuição nas decisões de processos de tributos que envolvam o município e o contribuinte. Para que o Município possa exercer as suas atividades com justiça e imparcialidade nas decisões de contendas. Desta forma toda a comunidade será beneficiada.

Por conseguinte, podemos afirmar que a Lei em questão se mostra compatível e adequado com o disposto no art. 169 da Constituição Federal, com a Lei Complementar nº 101/2000, e com a Lei de Orçamento - LO para este Exercício de 2025

Campo Bom, 14 de julho de 2025.

NILSON PARNOW,  
Secretário Municipal de Finanças.



**Município de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**PROJETO DE LEI Nº 046, de 14 de julho de 2025.**

**ANEXO I.**

**B) Declaração do Ordenador da Despesa.**

Na qualidade de Ordenador da Despesa, declaro para os devidos fins, especialmente os constantes do art. 169 § 1º, da Constituição Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2025, e, da Lei Orçamentária para 2025, que a criação de adicional ao cargo objeto deste Projeto de Lei, assim como o aumento da despesa de tal medida decorrente - conforme impacto orçamentário, financeiro constante do item "A" deste Anexo I - , tem adequação orçamentário-financeira com a Lei Orçamentária anual, e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e compatibilidade com o Plano Plurianual, não provoca o extrapolamento do limite legal de comprometimento relativo as despesas com pessoal, de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal, e, não causa prejuízo às metas e resultados previstos.

Campo Bom, 14 de julho de 2025.

**GIOVANI BATISTA FELTES,  
Prefeito Municipal.**